

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA SANTOS SILVA DO NASCIMENTO

O IMPACTO RELACIONAL ENTRE MÃE E FILHO DIANTE DO DIAGNÓSTICO DE
DEFICIÊNCIA

Juazeiro do Norte – CE

2018

MARIA SANTOS SILVA DO NASCIMENTO

O IMPACTO RELACIONAL ENTRE MÃE E FILHO DIANTE DO DIAGNÓSTICO DE
DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Cícera Jaqueline Sobreira Andriola

Juazeiro do Norte – CE

2018

O IMPACTO RELACIONAL ENTRE MÃE E FILHO DIANTE DO DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA

Maria Santos Silva do Nascimento¹
Cícera Jaqueline Sobreira Andriola²

RESUMO

A relação entre mãe e bebê consiste em uma base fundamental para o desenvolvimento saudável do mesmo. Neste sentido, a maternidade consiste em um período que traz inúmeras expectativas na vida de uma mulher. A gestação é um momento onde os genitores colocam nos filhos, desejos, sonhos, idealizações e planejam os mesmos saudáveis e perfeitos, no entanto, quando o bebê nasce com alguma deficiência isso acarreta nos pais muito sofrimento, tristeza, vergonha, raiva, frustração, impotência, fracasso e todo esse processo pode prejudicar a relação entre mãe e filho. Desse modo, faz-se necessário um aparato psicológico para este público, permitindo que estas genitoras consigam trabalhar seus sentimentos em relação a esta questão. Diante disso, este estudo teve como objetivo apresentar o impacto relacional entre mãe e filho diante do diagnóstico de deficiência. Para a metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, onde foram coletados dados em sites como SciELO, Mediline, BVS, Google Acadêmico e livros. Com esta pesquisa espera-se contribuir levando mais conhecimento sobre o tema para os envolvidos assim como, a sociedade no geral. Diante disso, pôde-se evidenciar que há um impacto neste relacionamento principalmente, quando os pais idealizam e planejam seus filhos e também a cobrança da sociedade que as mulheres tenham filhos perfeitos e saudáveis.

Palavras-chave: Deficiência, a relação mãe filho, impacto, diagnóstico e Psicologia.

ABSTRACT

The relationship between mother and baby is a fundamental basis for the healthy development of the same. In this sense, motherhood consists of a period that brings countless expectations in a woman's life. Gestation is a time where parents put their children, desires, dreams, idealizations and plan the same healthy and perfect, however, when the baby is born with some deficiency it causes in the parents much suffering, sadness, shame, anger, frustration, impotence, failure, and this whole process can undermine the relationship between mother and child. In this way, a psychological apparatus is necessary for this public, allowing these mothers to be able to work their feelings on this question. Therefore, this study had as objective to present the relational impact between mother and child in the diagnosis of disability. For the methodology, a bibliographic search was used, where data were collected on sites such as SciELO, Mediline, VHL, Google Scholar and books. With this research it is hoped to contribute by bringing more knowledge about the subject to those involved as well as society in general. In view of this, it has been shown that there is an impact in this relationship mainly, when parents idealize and plan their children and also the society charge that women have perfect and healthy children.

Key words: Disability, mother-child relationship, impact, diagnosis and Psychology.

¹ Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: marynascimento032@gmail.com

² Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: Jaqueline.andriola@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A relação entre mãe e filho é muito importante para o desenvolvimento do bebê, pois este se constitui a partir desse relacionamento. É neste primeiro momento que a mãe ao proporcionar um ambiente necessário permite que o filho possa se desenvolver de forma saudável. Estas condições favoráveis possibilitam o desenvolvimento psíquico do mesmo, de modo que a mãe precisa estar muito entrelaçada com o bebê, para que esteja pronta a atender as suas necessidades. É importante compreender que a maternidade é uma experiência complexa e intensa na vida de uma mulher, pois trata-se do período no qual ela necessita abrir espaço em seu psiquismo, em seu corpo e em sua vida para receber outra vida (VERZA et al., 2013).

De modo geral, antes da gestação os pais fantasiam características e papéis para o seu bebê, de modo que a criança nasce na imaginação e no pensamento dos pais muito antes do momento do parto. A vinculação maternal se alicerça pelo imaginário da mãe desde antes da criança ser concebida. É neste processo de vinculação que se inicia o afeto da relação fundamental para uma sociabilidade entre mãe e filho, significativamente imprescindível para o amadurecimento da identidade do bebê (CAVALCANTE et al., 2015).

Sabe-se que com o diagnóstico de deficiência do bebê os conflitos psíquicos dos pais são intensificados negativamente, acionando reflexos de uma vivência traumática, pois os pais têm que fazer reestruturações mediante as características que o novo membro da família apresentará. Neste sentido, quando o filho idealizado, planejado pela mãe nasce com alguma deficiência isso pode provocar sofrimento e um conflito no relacionamento entre estes. Entendendo que esta relação entre mãe e filho é muito importante para o desenvolvimento de forma geral da criança, este trabalho pretende responder a seguinte questão: Qual o impacto relacional entre mãe e filho diante do diagnóstico de deficiência?

Desse modo, o interesse de estudar sobre esta temática surgiu a partir de uma experiência significativa adquirida no decorrer do estágio em ênfase I na APAE da cidade de Juazeiro do Norte, onde a princípio foi possível observar durante seis meses como estes sujeitos se relacionavam, esta experiência foi instigante e por isso a razão desta pesquisa.

Essa discussão justifica-se ainda, pela necessidade de compreender se o sofrimento ocasionado nas mães de indivíduos com deficiência pode provocar impactos na relação entre mãe-filho, onde esta é de fundamental relevância para suprir as necessidades da criança, principalmente, nos primeiros anos de vida, pois esta relação consiste em um

desenvolvimento saudável do bebê. Em contraste a existência de prejuízos nesta relação pode prejudicar este processo proporcionando alterações no âmbito cognitivo, emocional e social da criança. Dessa forma, esta pesquisa buscou contribuir trazendo mais conhecimento acerca do assunto e ampliando o debate sobre a respectiva temática.

Neste sentido, a relevância em aprofundar a presente pesquisa é de esclarecer questões que dizem respeito ao impacto do diagnóstico de deficiência nas mães. Tendo em vista o número de mulheres que passam por este processo, torna-se importante levar conhecimento não só para o público em questão, mas também para aqueles que fazem parte do seu convívio social.

Assim, esse estudo teve como objetivo geral: Apresentar o impacto relacional entre mãe e filho diante do diagnóstico de deficiência. E em relação aos objetivos específicos, pretendeu-se: Analisar o impacto do diagnóstico do filho com deficiência nas mães e os sentimentos mais conflituosos neste momento; Identificar os medos e frustrações frente ao relacionamento com o filho deficiente, bem como as adaptações e mudanças enfrentadas para se adequar a realidade dele; verificar a importância do papel do psicólogo frente à relação mãe e filho com deficiência.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo exploratório. Para sua realização foram utilizados os descritores deficiência, a relação mãe e filho, impacto, diagnóstico e Psicologia. Foram coletados dados em sites como SciELO, Mediline, LILACS, BVS, Google acadêmico e livros, onde usou-se como critérios de inclusão artigos, teses de mestrados dos últimos seis anos estabelecidos entre os anos de 2012-2018, bem como, livros clássicos sobre a relação entre mãe e filho, com exceção de conteúdos que não faziam referência ao processo relacional mãe e filho com deficiência e publicações de mestrados em língua estrangeiras.

Para tanto, o trabalho foi organizado da seguinte forma: introdução, fundamentação teórica distribuída em quatro tópicos, onde o primeiro trata sobre o sujeito com deficiência, o segundo discorre sobre a maternidade em condições específicas, no terceiro a relação entre mãe e filho deficiente e o papel do psicólogo na relação entre mãe e filho com deficiência. Dando sequência serão apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 O SUJEITO COM DEFICIÊNCIA

A pessoa com deficiência é uma temática tradicionalmente cercada por preconceito, estigma e estereótipos, enfrentando, assim, uma realidade marcada por tabus, onde buscava-se ocultá-la até anos atrás, no entanto, atualmente, o surgimento de políticas públicas direcionadas a este público tem contribuído para a garantia dos direitos básicos, assim como tem-se buscado construir espaços onde estes possam vir a exercer sua cidadania. A grande dificuldade de conceituar deficiência levou a construção de estigmas que foram potencializando-se ao longo do tempo na sociedade, acarretando uma série de consequências no modo como lidar com esta, assim como, com quem a possui. Todavia o medo da diferença e do desconhecido ainda é responsável por sustentar a discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência (SILVA et al., 2013).

Entende-se por deficiência a perda da normalidade ou a presença de deficiência em alguma estrutura ou função anatômica, seja no aspecto psicológico ou fisiológico, podendo ser esta de caráter temporário ou permanente. Conceituar a deficiência tem sido uma preocupação antiga, ao longo do tempo foram várias as tentativas de encontrar termos capazes de amenizar o estigma contido nas denominações, buscando com isto, eliminar os rótulos de caráter pejorativo que ainda perduram (FREIRE, 2015).

Dessa forma, em meados do século XV o acolhimento aos deficientes, idosos e indigentes era realizado por hospitais filantrópicos, no entanto, estes eram vistos como instituições totalmente fechados e isolados, com maneiras de trabalho que somente levava o indivíduo ao afastamento do convívio social. Neste mesmo período o sujeito com algum tipo de deficiência estava totalmente envolvido no cenário de penúria e criminalidade, juntamente com os mais pobres que também eram bastante discriminados. No século XVI, as pessoas com deficiência permaneceram sendo abandonadas, excluídas, onde eram considerados os piores tipos de pessoas da sociedade. Após este período, já no século XVII, se iniciam as primeiras formas de acolhimento aos portadores de deficiência com a constituição de lugares com o intuito de receber estas pessoas. Aqui estes sujeitos começam a ser observados como ser social, recebendo alguns cuidados especiais que culminaram em seu desenvolvimento psicológico e motor (PINTO, 2016).

No século XVIII com os vários progressos em pesquisas pautadas na temática deficiência surgem novas percepções e teorias que passam a sucederem e ajudar estes sujeitos. Assim, com estas novas atribuições dá-se início um momento de institucionalização e responsabilidade, no que diz respeito à educação das pessoas com deficiência. Ainda neste período, começa a se fortalecer as atividades de auxílios a estas pessoas, além disso, o desenvolvimento de várias instituições e hospitais um pouco mais organizados e apropriados

para atender os sujeitos com deficiência. No entanto, é no século seguinte que se percebe uma ampla transformação para este sujeito com deficiência, aparece nesta época um cuidado especial que não visa só o aspecto institucional como nos determinados abrigos e hospitais. É nesta ocasião que se inicia os estudos para se compreender os problemas de cada deficiência (MATOS, 2015).

Apesar do grande avanço e da existência de Leis que asseguram as Pessoas com Necessidades Especiais (PNE's), ainda há grandes preconceitos em relação a estas que parte desde a antiguidade remota entre os povos primitivos até os tempos atuais, onde as PNE's eram vistas como empecilho a sobrevivência do grupo e outros os protegiam como forma de garantir a simpatia dos Deuses. O início da necessidade de atenção especializada a este público se deu no século XIX, por volta do ano de 1884, quando o chanceler alemão Otto Von Bismark e Napoleão Bonaparte determina a reabilitação de ex-soldados feridos em exército e em outros serviços (ALMEIDA; COSTA, 2013).

Dentro desta perspectiva, o século XX trouxe inúmeras mudanças e transformações de padrões e modelos existentes com relação à pessoa com deficiência, principalmente, no que se refere às tecnologias como o sistema de ensino para os surdos e os cegos, as cadeiras de rodas, entre outras que foram se aprimorando. Neste momento nota-se, que a sociedade dá início a uma organização coletiva para melhor compreender as dificuldades e tentar atender com mais eficiência o indivíduo com deficiência. A conscientização por parte dos direitos humanos e da participação e integração ativa da sociedade se faz presente (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2013).

Porém, segundo Rodrigues e Oliveira (2016), o sujeito deficiente em pleno século XXI ainda é tratado com preconceito e discriminação, sendo classificado como: aleijado, defeituoso, inválido, incapaz, improdutivo, e muitas vezes deixado à margem da sociedade e excluído dos relacionamentos sociais. Assim, percebe-se que o problema maior em relação ao indivíduo deficiente está relacionado ao modo como a sociedade enxerga esse público, pois o padrão existente de beleza e perfeição determina o preconceito sofrido por essas pessoas (LAGO, 2012).

Os últimos estudos estatísticos do Brasil revelaram que pelo menos 23,9% da população é composta por deficientes. O sentido da deficiência na vida de uma pessoa é produto do entrelaçamento de sua história pessoal com o meio social no qual vive. Sobre a pessoa com deficiência incide o estigma da incapacidade e da invalidez, além do peso da menos valia e da opressão. A aceitação e a integração das pessoas com deficiência ainda são objetos de discurso e de racionalizações (IBGE, 2012).

Durante um longo período, a deficiência foi sinônimo de desvantagem natural, no entanto, o que se esconde através da deficiência não é a presença do patológico, o que predomina é a desigualdade de quem vivência a vida cotidianamente por um percurso de obstáculos, sendo visto sempre com inferioridade. A falsa mídia de que somos todos iguais serve mais para ocultar preconceitos e justificar a exclusão do que para reconhecer a diferença. As intenções parecem claras e as melhores possíveis, porém, obscuros são os afetos e a realidade que forjam uma imagem social em torno da pessoa com deficiência, as quais produzem estereótipos e rotulações negativas (DINIZ, 2012).

Assim, ao longo da história pôde-se destacar que as pessoas com deficiência travaram uma luta diária pela sobrevivência e para conquistar o seu lugar na sociedade, enfrentando preconceito, discriminação, desprezo, indiferença e humilhação. Entretanto, no Brasil ocorreram avanços significativos no reconhecimento das pessoas com deficiências, pessoas que nas últimas décadas, não contentes com o isolamento social, resolveram cobrar da Constituição a conquista do seu lugar no seio social (FIGUEIRA, 2018).

O Brasil teve na Constituição Federal de 1988 a primeira norma com algumas garantias aos direitos das pessoas com deficiência. No ano de 2008 o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e tal convenção ingressou no ordenamento jurídico com força de emenda constitucional (BRASIL, 2015).

Cabe destacar que as pessoas com deficiência tiveram alguns direitos reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa declaração foi o despontar para a normatização para diversos princípios fundamentais, tais como: escola, saúde, trabalho, lazer, inclusão e igualdade social privilegiando o princípio de dignidade da pessoa humana. Presentes hoje em todos os segmentos deixaram de ser os "coitadinhos" para ser um público consumidor, produtivo, sabedor de onde realmente quer chegar e exigente de bons serviços (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2016).

2.1 A MATERNIDADE EM CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

A maternidade é entendida como uma construção da sociedade tendo uma origem simbólica, e que vem se transformando de acordo com cada período histórico que envolve os aspectos econômicos, sociais e políticos. Assim, a importância e o valor atribuído à maternidade, a relação entre mãe e filho e o amor maternal nem sempre tiveram a mesma relevância, pois estas modificações, compreensões e maneiras relacionadas com a

maternidade estão pautadas com as inúmeras concepções produzidas por discursos e ações advindas do contexto social (RESENDE, 2017).

Dessa forma, a maternidade é constituída como um valor atribuído socialmente, indispensável à condição, no que diz respeito à identidade da mulher. Desse modo, na civilização ocidental esta é vista a partir de seu aspecto biológico, logo sua competência de gerar e ser mãe estão intimamente ligados a sua identidade como sendo mulher. Assim, essas concepções estão relacionadas ao modelo patriarcal, geridas por costumes, discursos, onde enfatizam que a maternidade faz parte da completude da mulher (VERZA et al., 2013).

Ainda nessa perspectiva, o conceito de maternidade prevalece de que a mulher necessita renunciar, ser amorosa, onde este conceito permanece nas apreciações e opiniões da sociedade e que continua a influenciar em sua subjetividade. Partido desse princípio, a mulher é bastante cobrada a provar sua condição feminina entrando em contato com a experiência materna, de gerar uma criança, e que este filho seja saudável, entretanto, quando este nasce com deficiência acaba frustrando essas expectativas, podendo ocasionar grande sofrimento a esta mulher (SILVA, 2012).

Neste sentido, segundo Verza et al., (2013) quando estas geram filhos sentem-se e recebem a consideração da sociedade, porém, à medida que não tem filhos ou que esses filhos nascem com deficiência são muitas vezes estigmatizadas ganhando rótulos negativos, pois não atenderam as perspectivas da sociedade, sendo observadas como pessoas impossibilitadas de sustentar os relacionamentos. Dessa forma, estes preconceitos, estereótipos intervêm na autoconfiança e autoestima dessas mulheres.

Partido desse cenário a mulher foi e ainda é vista como um sujeito que tem o objetivo de procriar e também ser dedicada por total ao contexto familiar. No entanto, a partir do século XX a mesma, assumiu inúmeros papéis perante a sociedade. Contudo, mesmo com essa nova forma de vida, a mulher ainda encontra tempo para ser mãe, visto que a maternidade e o amor pelo filho perpassam também a condição feminina. A mesma pode oferecer distintas formas e significados a maternidade, visto que o desejo de ser mãe está presente em parte delas, sendo muitas vezes influenciado por diversos aspectos sociais e psicológicos (BESCHOREN, 2013).

Dentro dessa perspectiva de mudanças e novos papéis da mulher, a maternidade constitui muitas implicações e conflitos deixando de ser tão peculiar e atrativa como nas décadas anteriores. Uma desta decorrência é o adiamento da maternidade. Isso tem particular influência com os níveis educacionais, profissionais elevados, independência financeira, bem como, o uso constante de métodos contraceptivos. Tudo isso tem levado a mulher a deixar a

maternidade em segundo plano, no entanto, o imaginário no qual a maternidade esta inserida é tão idealizado que diminui os problemas que estas se deparam no decorrer do processo de ser mãe (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Entretanto, neste contexto de cobrança social, onde muitas vezes as mulheres estão expostas, sendo oprimidas em relação à maternidade, essa opressão tona-se maior e mais complicada quando a mesma é mãe de um bebê com algum tipo de deficiência. Pois a responsabilidade da mulher/mãe se amplia no que se refere às condições e as relações no contexto familiar (ARAÚJO; DUARTE, 2012).

Neste sentido, o maior desafio provocado pelo nascimento de um filho com deficiência está relacionado com a autoestima da mãe, sendo que este implica no fracasso da maternidade, pois esta frustração, por sua vez, pode ameaçar o processo de vinculação entre mãe e filho. Desse modo, gerar um bebê deficiente afeta profundamente sua autoimagem como mãe, como mulher, uma vez que, a criança gerada não corresponde as suas idealizações, expectativas do filho perfeito (ANDRADE, 2015).

Ainda neste ponto de vista, o experimento no que concerne à maternidade em mães de indivíduos deficientes, traz muito sofrimento perante a real condição da criança. Assim o impacto dessa realidade que se apresenta não se refere apenas com os cuidados que os filhos deficientes demandam, mas nas transformações causados na relação mãe/filho, na vida social, profissional e pessoal destas mães (ANDRADE, 2015).

2.2 A RELAÇÃO ENTRE MÃE E FILHO COM DEFICIÊNCIA

O núcleo familiar é o principal grupo social no qual se é recebido, onde caracteriza o fundamental agente de socialização. Neste contexto se dá a socialização, o cuidado, o acolhimento, o respeito à individualidade. Diante disso, a família é considerada a matriz essencial para a compreensão do sujeito com algum tipo de deficiência, no que se refere ao mundo, à sociedade, aos relacionamentos afetivos, destacando que é por intermédio destes que as pessoas com deficiência se reconhecem, passando a adaptar-se diante de suas adversidades, que encarará no seu cotidiano juntamente com sua família. Porém, o diagnóstico de uma criança com deficiência nem sempre é recebido pela mesma com satisfação, visto que este causa inúmeros impactos na família. Tendo em vista que os pais, em geral, costumam imaginar seus filhos perfeitos e saudáveis, frente a essa realidade é comum aparecer sentimentos por conta da frustração diante do inesperado, sendo que estes podem

estar ligados a rejeição, negação e superproteção desses indivíduos com deficiência (SOARES; SANTOS, 2015).

Segundo Silva e Ramos (2014), a vinda de um novo componente familiar é um fato que produz varias modificações no contexto da mesma, onde estão vinculadas aos aspectos emocionais, físicos, relacionais, comportamentais, sociais e econômicos. De acordo com Sales (2017), com a notícia que o filho nasceu com algum tipo de deficiência acarreta uma experiência traumática, que transforma, e modifica de modo geral o estado emocional e relacional de todos os membros da família.

Assim, com o diagnóstico que o filho tem deficiência muda de forma expressiva a dinâmica familiar. Sonhos, idealizações, expectativas antes estabelecidas são rompidos, acarretando muitos sentimentos opostos na família. É notório que as atitudes e comportamentos dos familiares mediante o surgimento de um membro com deficiência norteado de perda, de morte, desse filho sonhado, desejado, onde faz-se necessário, no que tange o recebimento do filho real, que os pais possam vivenciar o luto deste filho idealizado, visto que este é relevante para essa aceitação, além disso, é por meio da estrutura familiar e da particularidade de cada membro que define o modo como e o período no que diz respeito à elaboração do luto (GIVIGI et al., 2015).

Todavia, a relação mãe e filho a qual se constitui desde quando o filho é concebido em seu imaginário até os primeiros anos da vida da criança é de suma importância para o amadurecimento emocional do novo membro familiar. Neste sentido, essa relação se sustentará pelo mútuo afeto que foi constituído da concepção até o nascimento, e nesta perspectiva se estabelece a relação de confiança, no que tange o binômio mãe-bebê é nessa troca, onde o bebê reconhecerá tanto a voz como também o corpo materno. A mãe, por outro lado procura desenvolver um relacionamento simbólico com este, pautado na comunicação e experiências não verbal. Dessa maneira, a mãe proporciona os aspectos necessários para o desenvolvimento emocional do filho, de modo que essa relação propiciará a formação psíquica do sujeito (SILVA, 2016).

Dessa forma, é a mãe que oferece um setting por meio do qual a constituição da criança apresenta suas disposições para o desenvolvimento começam a se mostrarem, assim o bebê ao conhecer sensações que estão intimamente ligadas à etapa inicial da vida, sendo que é nesta etapa, onde há uma evidência maior no vínculo entre mãe-filho, enfatizando que tudo está conectado nesta relação, destacando se ela considera-se uma mãe suficientemente boa, no que concerne a proporcionar um ambiente para que o desenvolvimento da criança aconteça de forma significativa. Do mesmo modo, a relação fundamental no início da vida do bebê diz

respeito à mãe, pois é a partir disso que emergirá o psiquismo saudável do mesmo (WINNICOTT, 2002).

Neste sentido, o desenvolvimento da criança começa no momento que esta chega ao mundo trazendo, consigo um potencial que o levará a maturidade. No entanto, este bebê ao nascer é totalmente indefeso, e também é ser desintegrado, que encontra-se sujeito aos diversos estímulos do ambiente externo. Assim, o seu crescimento dependerá do espaço facilitador que ofereça cuidados que sejam bons o suficiente, onde no início este ambiente é constituído por meio da mãe, a qual representa uma função de suma relevância no que se refere ao desenvolvimento psíquico de seu bebê (WINNICOTT, 2008).

Dentro desta perspectiva, segundo Bowlby, a saúde psíquica do bebê depende do relacionamento que este tem com sua mãe, onde esta relação deve ser íntima e duradora e que também proporcionem gozo e satisfação em ambos, ressaltando que esta função poderá ser realizada por um cuidador que preencha de forma regular o papel de mãe para a criança (BOWLBY, 1988).

Após o nascimento do bebê já existe uma relação construída da mãe para com o mesmo e do bebê com a mãe, pois esse já reconhece sua voz desde o útero (WINNICOTT, 1975). Assim, é na função de preocupação materna primária, que a mãe é capaz de possibilitar as condições necessárias para que o filho comece a se construir e suas disposições para o desenvolvimento venham a surgir. Neste sentido, a mãe consegue colocar-se no lugar do bebê, dando suporte as suas necessidades, que a princípio são mais relacionadas ao corpo, posteriormente, com a elaboração das experiências físicas, emergirão as psicológicas (WINNICOTT, 1956).

De todo modo, para Winnicott (1975), os pais somente terão a percepção das diferenças do filho imaginário para o filho que se apresenta após o seu nascimento. Nesta direção, de acordo com Cavalcante et al., (2015), quando a mãe encontra-se com seu filho deficiente descobre que há uma distinção entre o percebido e o que é concebido, de tal forma, percebe-se que a deficiência e suas implicações também colaboram para que haja um comprometimento na relação mãe/bebê.

Como o desenvolvimento do bebê começa a se constituir através da experiência com a figura materna por meio de uma relação afetuosa, quando há um laço negativo nesse binômio há também negatividade no relacionamento principalmente quando os pais colocam perspectivas, idealizações e sonhos nos filhos, com isso o impacto da deficiência se torna mais intenso (GROSSI; CRISOSTOMO; SOUZA, 2016).

A literatura traz que o impacto da deficiência no psiquismo materno se deve a um fator arcaico, uma vez que é sobre a mulher, onde recai uma maior responsabilidade, exigências e cobranças no que se refere à relação no contexto familiar. Diante de todas as normas, crenças e valores ainda alimentados pela sociedade, a descoberta da deficiência de um filho pode manifestar reações depressivas, acompanhadas de culpa, raiva, vergonha e impotência. Estando a mãe frente à pressão psicológica das dificuldades e implicações que irá encarar, bem como as restrições do filho e o preconceito advindo da sociedade (LAZZAROTTO; TAVARES, 2016).

Tendo em vista a importância que a sociedade atribui aos aspectos de força, beleza e perfeição, quando os pais esperam uma criança almejam que a mesma venha com saúde e perfeita. Desse modo, o bebê que nasce com algum tipo de deficiência faz com que os genitores revejam os projetos, as idealizações e sonhos que foram interrompidos pelas implicações advindas com a deficiência. Assim, a existência de uma criança com uma deficiência congênita ou adquirida pode mudar toda a dinâmica da familiar, pois se trata de um evento que os pais não esperavam, onde esta muitas vezes é considerada como um processo de luto, pois aqui há necessidade de uma elaboração da fantasia para a aceitação da realidade que se apresenta (DE OLIVEIRA; POLETTO, 2015).

A relação entre mãe e filho é primordial para que ocorra o desenvolvimento da criança de forma saudável. O prejuízo no relacionamento entre este binômio pode ocasionar alterações no âmbito cognitivo, emocional e social da criança (CAVALCANTE et al., 2015).

Sendo assim, Bowlby (1990) enfatiza que os primeiros cuidados são fundamentais como base, para as demais relações íntimas e futuras. Dessa forma, as vivências e experiências com a mãe ou os cuidadores no início da primeira infância vão se ampliando como a percepção de si próprio, das demais pessoas e também do mundo. Contudo, esses primeiros cuidados, principalmente no que se refere ao relacionamento com a figura materna, são de suma importância para que o funcionamento dos padrões internos possam se desenvolver de maneira mais sadia possível.

De acordo com Gomes (2013), quando o nascimento está relacionado com uma criança com deficiência a mãe fica mais vulnerável, pois tem de se adaptar ao desconhecido, sendo esta uma situação indutora de emoções negativas tanto no modo que a mãe passará a tratar a gestação como no modo que tratará a própria criança. Tendo em vista que cuidar de uma criança com deficiência é sempre mais estressante e as adaptações que os pais têm que fazer para lidar com as necessidades específicas desta criança são, por si, indutoras de estresse (FONSECA, 2013).

Desse modo, o impacto da notícia que o filho nasceu com algum tipo de deficiência consiste em um momento realmente violento para os pais. Assim, acredita-se que até chegar o momento de todos compreenderem o contexto da deficiência, principalmente os mais próximos desta realidade, há um longo caminho a ser percorrido, pois esta criança apresentará particularidades, maneira própria de ser, reações distintas, cuidados especiais, onde tudo isso dificulta a aceitação destas responsabilidades que agora passarão ser assumidas, a priori pelos pais (SASSI, 2013).

Tendo em vista que a morte deste filho ideal pode ocorrer em qualquer momento da vida de um indivíduo, que pode nascer com alguma deficiência ou adquiri-la no decorrer do desenvolvimento. Assim, faz-se necessário o luto do filho idealizado para que o filho real consiga um espaço no contexto familiar e com isso os mesmos possa estabelecer um vínculo de amor e cuidado com o filho real que se apresenta (ALVES, 2012).

Portanto, a relação estabelecida entre a genitora e a criança deficiente influencia no desenvolvimento, sendo que esta produz um melhor desenvolvimento no âmbito afetivo, linguístico e também cognitivo. Assim, são de suma importância a elaboração do luto do filho idealizado e o fortalecimento de um bom relacionamento entre mãe e filho deficiente, pois sabe-se que este vínculo afetivo colabora para o desenvolvimento psicossocial desta criança (VENDRUSCULO, 2014).

2.3 O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE À RELAÇÃO MÃE E FILHO COM DEFICIÊNCIA

A comprovação do diagnóstico da deficiência reflete em conflitos e dificuldades expressivas tanto para as mães como para as próprias crianças. Desta forma, a genitora que tem um filho deficiente precisa lidar, com várias situações distintas, sendo essencial, que as mesmas recebam orientações, respostas e apoio. Desse modo, fazem-se necessários programas e uma rede de apoio com vários profissionais da área da saúde que proporcionem cuidado integral para as mães e também para este público, além disso, trabalhar para que haja uma sociedade menos preconceituosa (GROSSI; CRISOSTOMO; SOUZA, 2016).

Sendo assim, ao receber o diagnóstico de deficiência a mãe passa por inúmeros sentimentos negativos de frustração, raiva, decepção, negação. Dessa maneira, para que estas possam enfrentar este trauma faz-se necessário que estas mães tenham um aparato psicológico, onde isso pode facilitar para que elas busquem uma interação precoce com seu bebê, para a construção de um apego seguro, uma vez que este vínculo proporciona toda a

diferença no desenvolvimento da criança. Assim, quanto mais rápido os pais trabalharem seus sentimentos advindos com o diagnóstico melhor será para a criança deficiente conseguir com sucesso se desenvolver tanto fisicamente quanto de forma psíquica (FERREIRA, 2015).

Nesta perspectiva, o papel da psicologia seria de orientar sobre o diagnóstico, fazer acolhimento e psicoterapia para a mãe e demais membros da família, em atendimento individual e grupal, onde estas intervenções auxiliariam nas trocas de experiências e na aquisição de informações. Desse modo, o psicólogo oferece um ambiente de escuta para fazer emergir os conflitos internos, sentimentos que foram reprimidos ou mal elaborados, à medida que permite que todo este processo seja vivenciado de maneira mais congruente e positivo ajudando na aceitação da realidade, além disso, este profissional pode facilitar na construção do vínculo entre mãe e filho (PADUA, 2013).

De tal forma, fica evidente a importância do psicólogo no acompanhamento das mães e cuidadores de pessoas com deficiência, visto os desafios que este processo demanda. Com este suporte as mães podem adquirir uma maior estabilidade emocional, mediante as implicações impostas pela deficiência. A atenção prestada a estas genitoras possibilita o enfrentamento das adversidades, facilitando na procura por recursos que busca a superação dos estigmas, preconceitos, advindas com a deficiência, visto que isso influencia diretamente na relação destas mães com seus filhos (DE OLIVEIRA; POLETTO, 2015).

Vale ressaltar ainda, que a criação de um espaço onde estas mães possam sentir-se acolhidas, sendo que este local é para proporcionar a este público um tratamento de forma igual às outras mães, tudo isso para evitar as rotulações, discriminação por ter um filho com deficiência. Diante disso, reafirma-se a necessidade de desenvolver as intervenções individuais e em grupo, principalmente as mães que possibilitam cuidado a seus filhos com deficiência, sabendo que este tipo de apoio proporcionam inúmeras trocas de saberes, experiências e também informações no que se refere aos cuidados com esta criança (GROSSI; CRISOSTOMO; SOUZA, 2016).

Portanto, torna-se essencial as intervenções psicológicas e equipe multiprofissional de forma precoce com os genitores de filhos deficientes, oferecendo a estes um espaço para que possibilite uma ressignificação para o processo de luto do filho desejado e conseqüentemente, a aceitação deste filho deficiente (SASSI, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a importância de estudar sobre a temática em questão, pôde-se observar que há um impacto na relação entre mãe e filho com deficiência, onde este pode ocasionar danos no desenvolvimento da criança. Assim, observou-se que há um choque ao descobrir o diagnóstico que o filho nasceu com algum tipo de deficiência e que os pais entram em um processo de luto ao receber a notícia, visto que o filho desejado, idealizado pelos pais é diferente e isso provoca um grande sofrimento no contexto familiar.

Pôde-se evidenciar também que o impacto da deficiência nas mães pode vir da cobrança advinda da sociedade que exige das mulheres filhos perfeitos e saudáveis, sendo que quando estas exigências não são atingidas as mesmas se sentem incapazes expressando sentimentos de culpa, vergonha, raiva e negação do diagnóstico de deficiência.

Diante disso, torna-se evidente a relevância do profissional de Psicologia neste contexto, de modo que as intervenções realizadas por este favorece a elaboração de sentimentos e conflitos evocados com o diagnóstico da deficiência e conseqüentemente, haverá uma compreensão mais nítida da temática e através disso uma melhora na relação entre mãe e filho.

Dessa forma, a partir dos resultados deste estudo, espera-se contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas que tenham como foco de investigação a relação de mães e filhos com deficiência, desde a descoberta até o processo de aceitação e superação proporcionando, desse modo, a consolidação de práticas de cuidados voltados para estas mães, com ações multidisciplinares para o fortalecimento pessoal e da autonomia no cuidado do filho, com vistas ao processo de reabilitação e inclusão deste na sociedade.

Portanto, a construção deste estudo proporcionou reflexões que caracteriza a complexidade do ser mãe, em especial de um filho com deficiência, assim como também, possibilitou enquanto estudante de Psicologia um aprofundamento acerca deste assunto, um olhar mais sensível para este público. É importante enfatizar que esta pesquisa não se encerra aqui, ao contrário apenas indica que há um longo caminho a ser percorrido sobre este assunto. Para tanto, este estudo não teve a intenção de esgotar as pesquisa sobre a temática em questão, mas contribui para que outros pesquisadores com interesse neste campo realizarem novos trabalhos no que se refere a este tema e com isso consigam ampliar o conhecimento sobre este assunto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ezelaide Viegas da Costa; COSTA, Sabrina Lima da. A lei de cotas e o direito de acesso ao trabalho da pessoa com deficiência. **Revista Hiléia**, n. 19, Universidade do Estado do Amazonas: Manaus, 2013.
- ALVES, Elaine Gomes dos Reis. A morte do filho idealizado. **O Mundo da Saúde**, São Paulo v. 36, n, 1, p.90-97, 2012.
- ANDRADE, Fernanda Maria Ribeiro Ramos de. **O luto do filho idealizado: Pais das crianças com síndrome de Dawn**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)- Instituto Universitário, Ciências Psicológicas, Sociais e da vida (ISPA), Lisboa, 2015.
- ARAÚJO, Raianny Kelly Nascimento; DUARTE, Ana Maria Tavares. Gênero, maternidade e deficiência: um olhar para a exclusão. **IV Fórum Internacional de Pedagogia**, p. 1-13, 2012.
- BESCHOREN, Fabiana Cruz Machado. O conceito de maternidade e de adoção das mulheres inférteis. **Faculdade de Ciências da Saúde – FACS**, Brasília, 2013.
- BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papeis. **Alethia**, v. 38, n. 39, p. 206-217, 2012.
- BOWLBY John. **Apego**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes. 1988
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2.
- CAVALCANTE, Milady Cutrim Vieira; LAMY FILHO, Fernando; FRANÇA, Ana Karina Teixeira da Cunha; LAMY, Zeni Carvalho. Relação mãe-filho e fatores associados: análise hierarquizada de base populacional em uma capital do Brasil-Estudo BRISA. 2015. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2017, vol.22, n.5, pp.1683-1693. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.2172.2015>.
- DE OLIVEIRA, Isaura Gisele; POLETTO, Michele. Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. **Revista da SPAGESP**, v, 16, n, 2, p.102-119, 2015.
- DINIZ D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense; 2012.
- FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba v.2, p.132 –144, 2013.
- FERREIRA, Fernanda Silva. **O Impacto Psicológico nas Mães pelo Nascimento de uma Criança com Síndrome de Down**, 2015.

FIGUEIRA, E. **A Pessoa com Deficiência e sua Realidade nas Estatísticas Brasileiras**. 2018. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?Artigo=1748>. Acesso em: 08 de abril de 2018.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. A reforma constitucional empreendida pela ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência aprovada pela Organização das Nações Unidas. **Revista do Tribunal do Trabalho da 15ª Região**, 2013.

FREIRE, Samanta Araújo: **O deficiente e o mercado de trabalho: uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus**. Dissertação (Mestrado em sociologia)-Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento et al. **implicações de um diagnóstico**: o que sentem as famílias dos sujeitos com deficiência? *Distúrbios comuns*. São Paulo, v. 27, n. 3, 2015.

GOMES, A. M. **A importância da resiliência na (re)construção das famílias com filhos portadores de deficiência: O papel dos profissionais da educação/reabilitação**. 2013. Obtido em 30 de abril de 2018 de <http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/8>: <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/8/SeE11ImportanciaResilienciaAnaGomes.pdf?sequence=1>

GROSSI, Fabiana Regina da Silva; CRISOSTOMO, Kelly Nunes; SOUZA, Rafaela dos Santos. Vivências de mães de filhos com deficiência: uma revisão sistemática. **Revista das ciências da saúde Bahia** - v.1 n. 2 p.134-147, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAGO, D. B. R. **Significados da deficiência física na perspectiva da pessoa que vivência, sua principal cuidadora e de profissionais de enfermagem**, 2012.

LAZZAROTTO, Sonia Maria Rossi; TAVARES, Maria Lucia Badalotti. Expectativas dos pais diante do nascimento de um filho. **Revista Conversation**. SC. v. 1, n. 2, 2016.

MATOS, Mariana de Sousa. **Adoção de crianças e adolescentes com deficiência: o que motiva os adotantes?** Monografia (Bacharel em Serviço Social)- Instituto de Ciências Humanas – IH Departamento de Serviço Social – SER, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2015.

DE OLIVEIRA, Isaura Gisele de; POLETTO, Michele. Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 102-119, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2018.

PADUA, Elisângela Sousa Pimenta. Família e deficiência: reflexões sobre o papel do psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência. **VIII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial**, Londrina, novembro de 2013.

PINTO, Kawan Vidal. **A compreensão sobre acessibilidade que alunos, pais e profissionais possuem na escola especial.** Joana de Camargo Machado APAE de Antonina, TCC (Bacharel em serviço social)- Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Mantinhos, 2016.

RESENDE, Deborah Kopke. Maternidade: uma construção histórica e social. **Revista de Graduação em Psicologia da PUC**, Minas Gerais, v.2, n. 4, p. 175-191, 2017.

RODRIGUES, Penha Sebastião da silva; OLIVERIRA, Gislene Farias de. A integração e inclusão do sujeito com deficiência no âmbito social e educacional. **Id on Line revista de Psicologia**, v.10, n.31, p. 54-65, 2016.

SALES, Filipe. A influência Familiar no desenvolvimento das pessoas com deficiência. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**. Campo Largo, v. 16, n. 1 e 2, 2017.

SASSI, Franciele. O impacto da deficiência infantil aos pais e o processo de reconhecimento desta realidade por meio do auxílio promovido pelas equipes de profissionais de saúde. Universidade de Caxias do Sul. Obtido de <http://www.psicologia.Pt/artigos/textos>. 2013.

SILVA, Fernando Antônio da. **Representações Sociais da Maternidade Segundo Mães De Crianças Com Deficiência.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Maria Fernanda Piffer Oomasi Baldez da; MONTEIRO, Rita de Fatima; BORGES, Ada Maria Farias Sousa; RIBEIRO, Erlane marques: Deficiências no Brasil: conceito, história e aconselhamento genético **Fed. Nac. das Apaes- Fenapaes**, Brasília/DF v.3 n. 3 p. 20-39. 2013.

SILVA, Carla Baptista; RAMOS, Luiza Zonzini. Reações dos familiares frente à descoberta da deficiência dos filhos. **Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar**. V. 22, n. 1, 2014.

SILVA, Sergio Gomes da. Do feto ao bebê: **Winnicott e as primeiras relações materno-infantis.** *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 29-54, 2016.

SOARES, Rafaela de Lima; SANTOS, Aline Rocha Alves dos. Pessoas com deficiência: Percepção sobre Relação Socioafetiva Familiar. **Revista de Produção Acadêmico-Científica**, Manaus, v. 2, n. 1, 2015.

VERZA, Fabiana et at. Reflexões sobre a maternidade: um estudo exploratório com mulheres acima de 40 anos. **Athenea digital**, v. 13, n. 3, p. 179-194, 2013.

VENDRUSCULO, Larissa Ester Bartz. **A descoberta da deficiência do filho: o luto e a elaboração dos pais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)- DHE – departamento de humanidades e educação, UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária. In: Winnicott, D. W. (Org.). **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. 2, ed. Rio de Janeiro: Imago, 1956. p. 399-405.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Trad. de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. 1, ed. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. Trad. Jefferson Luiz Camargo; revista técnica Maria Helena Souza Patto. 2, ed. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora, LTC, 2008.